

OS LIMITES DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO NEODESENVOLVIMENTISMO

Luciana Henrique da Silva (UEMS – lucianahds@gmail.com).

Categoria da apresentação: oral

Resumo:

O presente trabalho visa compreender as transformações ocorridas nas políticas públicas para a educação do campo nas últimas décadas nos governos neoliberais e nos governos neodesenvolvimentistas. Deste modo, quais as implicações das profundas mudanças econômicas impostas pelas políticas neoliberais no país sobre as lutas sociais pela educação na atualidade? Na mesma linha de raciocínio, seria possível afirmar que o neoliberalismo, ao constituir um processo de desenvolvimento agrícola capitaneado pelo agronegócio, repercute em termos de mudanças significativas nas políticas públicas de educação, em especial na educação do campo? Entendemos ainda que a luta pelo acesso a educação, mesmo a educação do campo, referem-se a uma luta por direitos dentro da ordem capitalista, daí a possibilidade de atendimento desta demanda, tanto nos governos neoliberais ortodoxos, quanto nos governos neodesenvolvimentistas. Deste modo, o desafio colocado é como avançar na constituição de uma educação que possibilite a necessária contestação da ordem capitalista.

Palavras-chave: neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, educação do campo.

Introdução

Os conflitos da sociedade capitalista repercutem em diferentes tipos de governo, a depender do contexto econômico, político e social, mas que visam perpetuar a ordem social capitalista na medida em que se utilizam do aparato do Estado. Deste modo nos últimos anos emergiram na América Latina governos com características distintas que foram analisados de diferentes formas pelos pensadores latino-americanos. Uma das questões discutidas é sobre a continuidade ou ruptura com a política neoliberal na região a partir dos anos 2000. Deste modo, buscaremos compreender em que medida tais diferenças repercutiram nas transformações ocorridas nas políticas educacionais e quais as consequências para a educação do campo.

Para efeito deste trabalho consideramos a distinção entre governos neoliberais ortodoxos e governos neodesenvolvimentistas¹, para avaliar as transformações nas formas de luta pela educação no Brasil e na consecução de políticas públicas. Deste modo, quais as implicações das profundas mudanças econômicas impostas pelas políticas neoliberais no país sobre as lutas sociais pela educação na atualidade? Na mesma linha de raciocínio, seria possível afirmar que o

¹ Tal escolha foi realizada a partir da leitura pertinente ao tema e por acreditarmos que esta distinção é a mais interessante para verificarmos as nuances das políticas neoliberais levadas a cabo pelo Governo FHC nos anos 1990 e as desenvolvidas nos Governos petistas, em especial as do Governo Lula nos anos 2000.



neoliberalismo, ao constituir um processo de desenvolvimento agrícola capitaneado pelo agronegócio, repercute em termos de mudanças significativas nas políticas públicas de educação, em especial na educação do campo?

Revisão de literatura

No final dos anos 1980 e 1990 se intensificaram os conflitos sociais na América Latina. O fim dos governos ditatoriais após um intenso período de lutas em prol da democratização e a ofensiva neoliberal, que preconizava a redução dos gastos sociais pelo Estado, associadas a uma grave crise econômica, elevaram as taxas de desemprego e a precarização das relações de trabalho impulsionou a emergência de movimentos sociais na região. Estes movimentos de questionamento aos impactos provocados pela ofensiva neoliberal, impulsionaram a chegada ao poder de um novo ciclo de governos na América Latina (vide KATZ, 2008, entre outros).

De acordo com Duménil e Lévy (apud Galvão, 2008, p. 152) o “objetivo da ordem neoliberal é, acima de tudo, político: trata-se de promover a restauração da renda e do patrimônio das frações superiores das classes dominantes”. Deste modo, a ofensiva neoliberal causa impactos também nas classes dominadas, por esta razão comporta também a formação de ideias que buscam a legitimação desta nova ordem capitalista, num processo de inversão nos quais “direitos restritos são convertidos em 'privilégios' e conquistas trabalhistas são consideradas 'custos', dos quais as empresas devem imperiosamente se desfazer. (Galvão, 2008, p. 155).

O projeto de desenvolvimento proposto pelos governos petistas buscou diferenciar-se das políticas dos governos anteriores e apesar de adotar medidas consideradas neoliberais (manutenção das metas de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante), combinou-as com uma maior intervenção do Estado na busca do crescimento econômico, (estímulo fiscal e monetário para acelerar o crescimento; aumento de políticas de transferências de renda e elevação do salário mínimo; aumento do investimento público e do planejamento de longo prazo) (MORAIS, SAAD-FILHO, 2011; BASTOS, 2012; . No que se refere ao campo buscou-se atender as demandas do capital (o agronegócio) e, também, as dos trabalhadores e camponeses (a chamada “agricultura familiar”), consolidando e ampliando a política de créditos e atendendo as demandas relacionadas ao acesso a educação, sem contudo, alterar a estrutura fundiária (SILVA, 2012; CORREA e SILVA, 2016).

Por outro lado, observa-se a presença histórica de uma tradição na *práxis* educativo-pedagógica dos povos do campo, (indígenas, camponeses, afrodescendentes, ribeirinhos, povos da floresta, entre outros sujeitos), que buscam desenvolver experiências educativas próprias e que, paulatinamente, reivindicam ser reconhecidas como direito constitucional e, portanto, terem acesso às Políticas Educativas de Educação Básica e Educação Superior. Apesar de o direito a educação escolar indígena e da educação do campo serem reconhecidas institucionalmente a partir dos anos 1990, nos anos 2000 elas foram ampliadas e consolidadas por meio de legislação específica e de programas de financiamento.

O marco teórico-epistêmico e político da trajetória da Educação do Campo, tanto no Brasil, como em outros países da América Latina, pode ser compreendido como um projeto educativo-pedagógico que reivindica políticas públicas específicas para o fomento e fortalecimento da Educação do campo e da Educação Escolar



Indígena (Vide CALDART, 1997, FRIGOTTO, 1991, LEHER, 2015, SOUZA, 2012, AMARAL et all, 2016, URQUIZA, 2013).

Resultados e Discussão

O documento final do III Seminário do Fórum Nacional de Educação do Campo, realizado em Brasília em agosto de 2015 contatou o fim do “pacto exitoso de poder” que havia vigorado entre 2002 e 2014, período do Governo Lula, no qual se combinou “o nacional-desenvolvimentismo ancorado nas exportações primárias, investindo fortemente em crédito e infraestrutura para o agronegócio” no plano econômico e a “ampliação dos direitos sociais” e “aumento da massa salarial e consumo” no plano social.

No contexto da ampliação dos direitos sociais está contida a ampliação do acesso a educação por meio de programas como o PRONACAMPO (Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo) e o PROLIND (Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas), que visava a formação diferencial de professores para atuar nas escolas do campo e escolas indígenas. Entretanto, a partir da análise dos censos escolares podemos perceber que houve um decréscimo no número de escolas localizadas no meio rural e também das matrículas. O censo escolar de 2003 registrou 103.328 escolas rurais e 7,9 milhões de matrículas; em 2013, foram 70.816 escolas rurais e 5,9 milhões de matrículas, redução de 32.512 escolas e de 2 milhões de matrículas. Como podemos compreender este fenômeno?

Os investimentos em crédito e infraestrutura para o agronegócio, combinado com uma pífia política de reforma agrária e de regularização de áreas indígenas e quilombolas, levou a ampliação das desigualdades sociais e ampliação dos conflitos sociais no campo que foram amenizados pelas políticas de compensação social como: o Programa Bolsa Família, a política de valorização do salário mínimo, inclusive nos benefícios de prestação continuada, e o crescimento da economia brasileira impactou positivamente além de outros programas específicos, como a ampliação dos créditos voltados a população do campo e a criação de programas específicos, como Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, entre outros.

A crise econômica que assola o mercado mundial que começaram a impactar mais fortemente no Brasil a partir de 2014, bem como os abalos na frente neodesenvolvimentista que permitiu a chegada ao poder dos governos petistas levou a uma reorientação das políticas sociais, em especial, da educação, que vem sofrendo sucessivos cortes. Estes cortes impactam profundamente os setores que mais demandam recursos públicos, entre os quais a educação do campo dada as suas especificidades, como o regime de alternância, por exemplo. Estes cortes, combinados com o fechamento das escolas do campo colocam em cheque os avanços conquistados nos últimos anos.

Conclusões

Entendemos ainda que a luta pelo acesso a educação, mesmo a educação do campo, se refere a uma luta por direitos dentro da ordem capitalista, daí a possibilidade de atendimento desta demanda, tanto nos governos neoliberais ortodoxos, quanto nos governos neodesenvolvimentistas. Deste modo, a limitação



da educação do campo está imersa na contradição de se tornar meramente mais uma luta por reformas dentro do sistema capitalista, ou de seguir um processo de contestação que possa culminar na transformação radical das estruturas da sociedade capitalista.

Para tal não basta apenas avançar na conquista de políticas públicas e de investimento, sempre limitados, para uma proposta de educação diferenciada. O desafio colocado é como avançar na constituição, de uma educação que possibilite a necessária contestação da ordem capitalista. Deste modo, a atual conjuntura política e econômica demanda a reorientação dos posicionamentos e das práticas desenvolvidas nos últimos anos pelos movimentos sociais do campo.

Referências

- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. Revista Economia e Sociedade, Campinas-SP, 2012, p.779-810.
- BOITO JR, A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Fórum Econômico da FGV: São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.eesp.fgv.br/>. Acesso em 06/09/2017
- CAVALCANTI, C. R. A educação do campo sob a ótica dos direitos humanos. IN: *Questão agrária, movimentos sociais e educação do campo*. CRV: Curitiba, 2012, p.129-144.
- CORREA, A. E.; SILVA, L. H. A crise dos movimentos sociais no Brasil: gestão da barbárie, fragmentação e novas formas de luta. IN: Anais da III Jornada de Estudos em Ciências Sociais, Buenos Aires, 2016 III Jornadas de Estudios de América Latina y el Caribe: América Latinaescenarios en disputa. Disponível em: <http://iealc.sociales.uba.ar/2015/11/30/iii-jornadas-de-estudios-de-america-latina-y-el-caribe-america-latinaescenarios-en-disputa/>. Acesso em 06/09/2017.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). *Metodologia da Pesquisa Educacional*. 3ª ed. Cortez: São Paulo, 1991.
- GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. IN: Crítica Marxista. Org: IFCH/Unicamp, Campinas, 2011, 32, p. 107-126
- KATZ, Claudio. Las disyuntivas históricas de la izquierda em America Latina. Luxemburgo ed., Buenos Aires, 2008.
- LEHER, R. Organização, Estratégia Política e o Plano Nacional de Educação. IN: Cadernos de Estudos do V Seminário Nacional das Licenciaturas em Educação do Campo. Disponível em: <https://seminarionacionaldecampo2015.files.wordpress.com/2015/11/caderno-de-estudos-5c2ba-seminc3a1rio-nacional-das-licenciaturas-em-educac3a7c3a3o-do-campo-2015.pdf>. Acesso em 04/09/2017.
- MORAIS, L., SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. Revista de Economia Política, vol . 31, nº 4 (124), pp . 507-527, out-dez.2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n4/01.pdf>. Acesso em 04/09/2017
- SAMPAIO JR., P. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. IN: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.112, 2012.



SOUZA, Maria Antônia de. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. Educ. Soc., Campinas , v. 33, n. 120, p. 745-763, set. 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09/09/2017.

23 a 28 out



ORGANIZADORES:

